

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

É pública a intenção do governo de proceder à aprovação de um decreto-lei que visa instituir um regime jurídico de suposta autonomia de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos, serviços dependentes da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e das DRC.

De acordo com a proposta de diploma em causa, o objetivo desta reforma consistirá em dotar os principais museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos de uma maior autonomia de gestão, pela delegação de competências nos seus diretores, que lhes permita tomar decisões quanto à sua atividade e programação, combinando a autonomia de gestão com as vantagens que advêm da racionalização de alguns serviços, nomeadamente quanto à partilha de recursos comuns centralizados.

No entanto, e não obstante estas boas intenções, o diploma levanta sérias dúvidas quanto ao carácter efectivo dessa autonomia de gestão, sendo do conhecimento do GP/PSD, nomeadamente, o posicionamento crítico de um conjunto alargado de instituições do sector relativamente às propostas constantes do diploma em referência, o que terá já suscitado um vasto conjunto de questões, comentários e sugestões.

O sector pretende, assim, ser parte da solução e contribuir para encontrar um caminho que reflita as reais necessidade dos museus portugueses.

O Ministério da Cultura, no entanto, não tem sabido valorizar estes contributos nem privilegiar mecanismos de debate e diálogo sobre a relevante matéria em causa.

O GP/PSD teme, pois, como recentemente aconteceu na regulamentação da Lei do Cinema ou no modelo de apoio às Artes, que o Governo, mais uma vez, avance com propostas insuficientemente amadurecidas e sem resultarem do indispensável diálogo e do debate, que se

deseja sempre profundo, com os sectores em causa e as principais instituições envolvidas.

Atendendo ao exposto, os deputados do PSD abaixo assinados, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro da Cultura, por intermédio de V^a Excelência, resposta às seguintes questões:

1. Em que fase se encontra o processo que visa instituir um novo regime jurídico de gestão dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos, serviços dependentes da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e das DRC?

2. Admite o Governo aprovar este novo regime sem considerar o debate e acolher as sugestões, contributos e propostas de alteração por parte de agentes do sector e de instituições culturais Portuguesas que manifestaram já interesse e disponibilidade para o efeito?

Palácio de São Bento, 3 de agosto de 2018

Deputado(a)s

MARGARIDA MANO(PSD)

JOSÉ CARLOS BARROS(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

AMADEU SOARES ALBERGARIA(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

JOANA BARATA LOPES(PSD)

JOEL SÁ(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

PEDRO DO Ó RAMOS(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

ANA SOFIA BETTENCOURT(PSD)

ANDREIA NETO(PSD)

CARLOS SILVA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

Deputado(a)s

FIRMINO PEREIRA(PSD)

LUÍS MARQUES GUEDES(PSD)

PEDRO PIMPÃO(PSD)